

## A VENEZUELA DE CHÁVEZ CONTRA A CORRENTE

Paulo Fagundes Vizentini\*

A Venezuela, dentre os países analisados neste seminário, é o que possui uma evolução recente mais singular, apontando numa outra direção que de certa forma surpreende e nega uma lógica neoliberal que estava sendo afirmada até recentemente.

A Venezuela é um país que teve, ao longo da sua história, uma posição relativamente periférica na América do Sul. Trata-se de uma nação muito voltada para o norte, isto é, para o Caribe e os Estados Unidos. Era um Estado-nação que até o início do século XX ainda possuía problema de consolidação interna. Além disso, tem uma peculiaridade muito importante, o fato de ser um país petrolífero. Evidentemente outros países sul-americanos são especializados na produção de petróleo mas, no caso específico da Venezuela, há um desequilíbrio muito grande em sua economia, uma excessiva concentração neste setor.

A existência do petróleo na Venezuela trouxe algumas conseqüências internas e externas muito importantes. Dentre as conseqüências internas, obviamente algumas foram positivas, pois se trata de um recurso natural estratégico, gerador de uma renda considerável nas conjunturas internacionais favoráveis. Na Venezuela não houve uma grande distribuição de renda mas, enfim, houve uma certa prosperidade, uma relativa política social e alguma infra-estrutura foram criadas no país, graças à exploração do petróleo, que marcou a maior parte da história venezuelana no século XX.

Contudo, às vezes o que vem fácil vai fácil, como diz o provérbio. Infelizmente o petróleo trouxe algumas conseqüências negativas para as estruturas venezuelanas como, por exemplo, induziu uma atrofia de outros setores produtivos. Tanto a agropecuária como a indústria foram negligenciadas, pois existia outra renda fácil. Isso, lamentavelmente, também criou junto à sociedade e ao Estado venezuelanos mecanismos de clientelismo e de corrupção que marcaram a vida política do país.

Do ponto de vista da política externa, o petróleo permitiu à Venezuela desenvolver uma atuação internacional interessante. A maior parte desse petróleo é exportada pelos Estados Unidos, mas isso propiciou à Venezuela um recurso que lhe permitiu ter uma certa desenvoltura na política internacional. Por exemplo, a Venezuela teve sempre uma participação bastante significativa junto ao Movimento dos Países Não Alinhados, bem como na OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). No âmbito da diplomacia regional, também teve uma atuação mediadora significativa durante os conflitos da América

Central, nos anos 80. A Venezuela foi uma das fundadoras do Grupo de Contadora, juntamente com o México com a Colômbia e com o Panamá.

Assim, graças aos recursos do petróleo, o país pôde desenvolver uma atuação internacional de certa desenvoltura. Sobre o fato dessa atuação ter tido um caráter mais conseqüente ou não, é algo discutível. O fato é que a Venezuela possui uma singularidade também em outro aspecto associado. A população é relativamente reduzida, atualmente em torno de uns 20 milhões de habitantes, uma população pequena para a renda que o país possuía. Então, desenvolveu-se uma política social, algo com uma versão latino-americana da social-democracia, com Carlos Andrés Pérez (“CAP”).

Neste contexto, houve uma falsa impressão de prosperidade, que contrastava com o resto do continente. Mas nos anos 80 a dura realidade veio à tona, e uma época de crise teve início na Venezuela. Evidente na América Latina estamos acostumados com crises, com dificuldades, com problemas e isso faz parte da nossa rotina. Contudo, no caso da Venezuela, especificamente por haver uma concentração econômica no petróleo e, por outro lado, por existir uma situação anterior de prosperidade, o impacto que essa crise vai desencadear política e socialmente, vai ser muito mais sério do que em outros países.

A Venezuela possuía, desde sua redemocratização em fins dos anos 50, um sistema basicamente bi-partidário entre COPEI, um partido democrata-cristão, e a AD, o partido de Pérez, de orientação social-democrata. Houve uma alternância constante entre esses dois partidos, até o retorno de CAP em 1989. Contudo, a população julgou ter votado no Pérez da década de 70, no social-democrata e distribuidor de renda, que imprimiu na diplomacia do país um perfil uma respeitabilidade internacional muito importante. Então, poucas semanas depois de eleito, contrariando toda sua plataforma eleitoral, seu discurso e o programa de seu partido, adotou um plano de ajuste econômico de cunho neo-liberal. Este implicou, entre outras coisas, num aumento de 100% nos combustíveis e corte nos subsídios à alimentação e transporte público. Tudo isto sem uma grande mediação política ou consideração maior pelo impacto social.

Isso produziu um levante popular, com saques e confrontos violentos, o chamado *Caracazo*. A população, que há uma década esperava algum tipo de solução, ficou completamente frustrada e revoltada. Levou quase uma semana para as forças da ordem controlarem a situação, ao custo de dezenas de mortos e feridos. O pacote foi sua vizado e veio ajuda externa, mas assim que o perigo passou, a preocupação também foi deixada de lado. O presidente negligenciou essa situação e não pensou em soluções de longo prazo. Mas outras forças profundas, além da impaciência popular, estavam latentes na sociedade, e em 1992 houve duas tentativas de golpe militar, a primeira delas liderada pelo atual Presidente Chávez,

que era Tenente-Coronel na época. Ambos fracassaram e foram reprimidos e vários setores políticos os condenaram. Todavia, muitos consideraram justificadas as tentativas de golpe, visto a situação do país e a desconsideração pelos grandes problemas por parte do governo. O próprio ex-presidente Rafael Caldera, então senador democrata-cristão, fez um discurso muito importante na ocasião, afirmando condenar qualquer quebra do regime democrático-liberal ou da Constituição, mas que se devia prestar muita atenção às razões profundas desses *putschs* e da popularidade que inegavelmente gozaram junto à população.

A partir daí teve início a morte política de Carlos Andrés Pérez, pois ele ficou isolado e acabou sofrendo um *impeachment* em 1993 e, depois de um interregno, Caldera é eleito e volta ao poder, tendo rompido com o COPEI e se apresentado por uma coalizão de centro-esquerda. Os partidos tradicionais eram vistos pela população como mecanismos clientelistas e máquinas de corrupção. Era já um homem bastante velho, mas muito experiente e com uma proposta de modificação profunda da política venezuelana, da economia e dos problemas sociais.

Seu governo teve a perfeita consciência dos problemas profundos que a Venezuela sofria, mas talvez não tenha tido energia suficiente para alterar a situação. Havia grandes expectativas naquele momento, pois o presidente Caldera havia assinado com o Brasil o Protocolo de Gusmania, expressando uma vontade real de promover a cooperação entre os dois países, tendo em vista a complementaridade econômica existente e a convergência das duas diplomacias. No entanto, ele foi vítima de uma economia muito vulnerável à flutuação do preço do petróleo e das conhecidas pressões internacionais que os países periféricos sofreram nessa época. Então, sintomaticamente, seu governo vai cedendo aos planos de ajuste de Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial. É nesse quadro em que Chávez vai se lançar como político. Depois de sair da prisão, pois fora anistiado pelo presidente Caldera, se lançou como candidato à presidência.

A Venezuela está, como os outros países sul-americanos, de costas para seus vizinhos. Todos os países estão de frente para o mar e de costa uns para os outros. A Venezuela não é diferente nesse aspecto, mas tenta participar em alguns processos de integração, como o Pacto Andin, depois Comunidade Andina, um processo que não teve um avanço muito significativo. Às vezes as estatísticas podem impressionar os não iniciados; por exemplo, quando se anuncia que um país cresceu 15% ao ano, muitas vezes parece excepcional, mas observando-se com cuidado, isso representa concretamente que a economia simplesmente reativou algum setor que estava parado. Num PIB pequeno e em recessão, pode impressionar, mas em termos reais é muito pouco. Então essa iniciativa ficou praticamente sem grandes avanços, e o Chile saiu

retirou-se do grupo depois do golpe de Pinochet. Não havia realmente muito que integrar entre esses países, mas o bloco sobrevive.

O G3 (Grupo dos 3), por sua vez, é um acordo da Venezuela com a Colômbia e o México, uma iniciativa que teve algum tipo de vinculação mais concreto, e isso é importante porque a Venezuela tem tido projeção justamente para a região do Caribe e da América Central. Foram assinados também uma série de acordos, durante o governo Pérez, com o bloco dos países do Caribe, o Caricom. A Venezuela, inclusive, distribui petróleo a esses países em troca de outros produtos. Ou seja, parte significativa da diplomacia venezuelana se dirige para aquela região e, mais recentemente, iniciativas concretas com relação ao Mercosul, percebendo o Brasil como porta de entrada para o Mercosul.

Conosco a Venezuela não possui litígios fronteiriços, apenas problemas de controle de fronteira, que também temos, mas não há uma rivalidade de tipo nenhum e não há ressentimentos que marquem a história dos dois países. Nos contatos que tivemos com os venezuelanos isso ficou muito patente, contato em todos os níveis, com diplomatas, empresários, acadêmicos, militares e políticos.

Agora analisemos essa figura impacte e polêmica que é o presidente Chávez. Em relação aos outros países, o panorama analisado neste seminário foi, de certa forma, um pouco sombrio, mas com certas possibilidades. A situação é difícil, mas não impossível e não sou tão pessimista. O que a eleição de Chávez, por uma coalizão nacionalista e esquerdista, representou um golpe muito forte no sistema político de democracia liberal que vigora em quase todo continente. Há uma caricatura de democracia em todo continente e, na Venezuela, a paciência da população havia chegado a um limite, com os discursos políticos tradicionais, os arranjos que existiam no Congresso e a corrupção que havia no Judiciário. Era algo impressionante, pois mesmo o cidadão humilde tinha consciência de toda essa maquinaria corrupta.

Bastou surgir um homem com vontade política e com instinto, para tudo mudar. Se se discute muito se o presidente Chávez possui as condições necessárias para vencer os enormes desafios, se realmente tem um projeto bem formulado. Já foi comparado já com a vertente Nasserista, mas o que se pode afirmar é que ele tem um instinto político e uma sensibilidade muito grande. Trata-se de um homem um pouco simples, mas extremamente autêntico, e era isso que a população queria enxergar e apoiar. Por outro lado, tem um passado ligado a certas posições de esquerda, mas ele é sobretudo considerado um patriota, um nacionalista e, como militar, pertence a uma instituição que na Venezuela era respeitada. Em função de ter havido ditaduras pró-americanas ao longo do século XX, com a redemocratização em 1958 assinado o Pacto de Punto Fijo, criando um sistema político que foi institucionalizado na nova

Constituição de 1961. Nela, os militares foram completamente aliados da participação na atividade política e isso, para o bem deles, os preservou de um desgaste terrível que os partidos e o sistema político tradicional sofreram nessa fase, desacreditando-os completamente aos olhos da população.

Então Chávez venceu num quadro em que havia um desgaste absoluto e completo dos partidos tradicionais, que tentaram colocar candidatos de novo tipo nas diversas eleições que ele concorreu. Aliás, ele é o único presidente da América Latina que tinha um mandato (de cinco anos) e com um ano e meio de governo colocou em risco este mandato para poder aprovar a criação de um novo regime, sem o qual não achava ser possível encaminhar as grandes reformas e a reorientação que o país demandava. Até uma ex-Miss Universo candidatou-se pelos grupos conservadores, na idéia de transformar realmente a política num circo, explorando certa percepção da população. Depois tentaram novamente, lançando um militar para combatê-lo com alguém semelhante. Mas não deu certo, pois ele venceu o plebiscito, conseguiu uma assembléia constituinte, alterou estruturalmente as legislações do país, reformou e renovou o judiciário e gerou um regime novo. No primeiro momento houve perplexidade nos Estados Unidos, que se sentiram realmente muito incomodados com a figura do líder venezuelano, pois isso contrariava toda a lógica política implícita no Consenso de Washington.

Na rede de televisão CNN em espanhol, no fim de semana em que foi aprovada a nova constituição, economistas, politólogos e outros especialistas se revezaram por horas a fio para explicar que aquilo tudo era impossível, inviável, e que a Venezuela ia afundar, pois navegava contra a corrente. Um dado interessante, que pode ter várias interpretações, é que Chávez colocou muitos membros das Forças Armadas em postos de confiança do presidente, os mais diversos, nas empresas estatais, no sistema político, etc. A oposição chegou a acusá-lo de estar estruturando um partido castrense.

A bem da verdade, todas as mudanças que ele fez que foram contundentes, colocando abaixo um sistema carcomido. Mas ele o fez respeitando as regras institucionais que existiam, ou seja, teve um apoio avassalador e conseguiu fazer isso sem quebrar as regras existentes. Em termos da economia, depois que chegou ao poder teve de moderar um pouco seu discurso anterior, e fez certas concessões. Mas, concretamente, as medidas tomadas visavam frear o processo de privatização em curso e alterar a Constituição para resolver alguns problemas, como a chamada “independência” do Banco Central. São medidas limitadas, talvez, ainda de alcance parcial, mas era o possível para evitar que o país fosse completamente desestabilizado por uma fuga de capitais orquestrada de fora e por pressões em comerciais.

A diplomacia do presidente Chávez tornou-se extremamente ativa. A Venezuela é um dos países que somou forças com a Malásia, que tem lutado pela reativação de Movimentos dos Países Não Alinhados. Da mesma forma, tem uma equipe muito competente na área do petróleo, um grupo de *experts* tanto do ponto de vista técnico como político. Logrou fazer uma política bem sucedida de valorização, pois, quando assumiu, o preço do petróleo estava muito baixo e conseguiu quase duplicá-lo, através de uma política consertada com os outros membros da OPEP.

Procurou também ter um grande protagonismo internacional, buscando sobretudo certa forma de aproximação com potências médias regionais. Neste sentido, ele visitou vários países, esteve na China e inclusive demonstrou uma autonomia muito grande ao visitar a Líbia e foi o primeiro presidente eleito que visitou o Iraque, que continuava sob embargo internacional. Foi a Cuba, onde assinou um acordo fornecendo o petróleo em troca de serviços médicos e educacionais, incluindo a ilha no acordo existente com o Caricom, de distribuição de petróleo em troca de mercadorias e serviços. Em termos latino-americanos tem tido um protagonismo muito grande de rechaço em relação a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e uma tentativa de injetar ânimo no Mercosul, propondo associação da Venezuela ao Mercosul, ou mesmo se tornar membro efetivo do bloco.

Quanto ao Plano Colômbia, trata-se de uma iniciativa norte-americana que extrapola largamente o combate ao narcotráfico naquele país. A América Latina vive uma instabilidade muito grande, e ao lado da Colômbia há o Equador, onde ocorreram diversas rupturas institucionais e econômicas em curto espaço de tempo, da mesma forma que o Peru, que viveu também uma situação limite. Instabilidade e protestos têm havido também na Bolívia, diversas crises de governabilidade ocorreram recentemente no Paraguai, há uma espécie de ressurreição do nacionalismo no Panamá e em fins de 2001 o colapso político e econômico, acompanhado de uma explosão social na Argentina, além do caso da Venezuela.

Sem adotar teorias conspirativas, convém lembrar que no dia em que iniciou a Cúpula Sul-Americana de Brasília, em 31 de agosto de 2000, o presidente Clinton retornava de uma visita ao Oriente Médio e fez um desvio para, no mesmo momento, descer em Cartagena e lançar oficialmente o Plano Colômbia. Assim, o Plano Colômbia também possui uma dimensão estratégica no sentido de sinalizar uma presença norte-americana na região, no momento em que todas aquelas idéias de ajuste neoliberal e de estabilidade, que teriam se materializado no início da década de 90, começaram a fazer água nesse momento. E igualmente a idéia de levantar e reafirmar uma agenda democrática que tem um padrão liberal definido, visando obter um instrumento de pressão sobre a Venezuela.

Assim, a situação da Venezuela traz possibilidades e riscos. O que essa personalidade, esse governo e esse regime podem propiciar em termos de um projeto de integração sul-americano? Ora, concretamente, Chávez contribui para equilibrar ou para dar uma outra dimensão às relações dos Estados Unidos com a América Latina. Neste contexto, ele tem trabalhado no sentido de evitar a concretização da ALCA, e procura contribuir para fortalecimento do Mercosul. Inclusive, em setembro de 2001, em Porto Alegre o Governador do Rio Grande do Sul lançou o Mercoprovíncias/ Foro de governadores do Mercosul, para o qual a Venezuela enviou representantes (evidentemente a imprensa deu pouco destaque). Tal iniciativa foi lançada com a finalidade de colocar os governos estaduais, provinciais e departamentais na discussão da integração, pois os governadores têm de responder a uma série de políticas públicas.

Por outro lado nos vivemos num mundo em que há uma certa debanda de dirigentes em direção a políticas capitulacionistas. Às vezes, inclusive, não são nem os Estados Unidos ou as grandes potências que impõe certas coisas, mas há quase que uma pré-disposição de algumas lideranças em aderir à agenda da globalização neoliberal. Então, o caso do presidente Chávez constitui uma espécie de exemplo, ou de contra-exemplo, que permite uma reação a certas pautas do neoliberalismo globalizante. Sobretudo ele reafirma o papel do Estado, não apenas na economia, mas em relação às noções internacionais de soberania como Estado-nação. Então, a novidade é que embora esse sistema ainda seja muito frágil na Venezuela, o que se observa é que há um certo respaldo da população para esse tipo de proposta, surpreendendo a muitos analistas.

Por outro lado, mesmo no plano internacional sua atuação tem sido apreciada, seu protagonismo tem reforçado uma noção de Terceiro Mundo que é importante, pelo fato dos interesses que esses países têm a negociar com as grandes potências. Então, por que de repente uma reafirmação deste postulado foi possível? Pelo profundo quadro de crise que a Venezuela viveu, e esta, com uma pequena defasagem, quase coincide com uma crise maior do sistema internacional que começando a acontecer.

Riscos, sem dúvida, existem, pois há no chavismo uma fragilidade institucional e política muito grande. Depende do carisma do líder, da contínua mobilização dessa população, e alguns politólogos continuam argumentando que o projeto não vai dar certo, vai acabar e tudo volta ao “normal”. Mas é de se perguntar a que normal? O que voltaria, se os antigos partidos praticamente se desintegraram, pois o quadro partidário da Venezuela lembra um pouco da Itália, após o processo das Mãos Limpas. A patética tentativa de golpe de 11 de abril de 2002, que afastou Chávez por dois dias, é um exemplo da falta de perspectiva por parte da oposição de direita.

Por outro lado, do ponto de vista econômico, existem riscos quanto a uma possível queda do preço de petróleo, aos capitais voláteis, à lentidão do atendimento das demandas populares, pois o redirecionamento da economia demanda certo tempo para dar resultados sociais. E tudo isso é muito complicado para um país que recém criou um novo marco jurídico para tentar diversificar a economia, o desenvolvimento no setor produtivo, tanto na agropecuária como na indústria.

Para ilustrar, relato aqui uma experiência pessoal: eu participo de uma comissão que o Governo do Estado Rio Grande do Sul criou para acompanhar e estudar o impacto de uma virtual implantação da ALCA, e nos marcos dessa comissão acompanhei o Vice-governador à Conferência de Cúpula de Quebec, pois obtivemos do Itamarati um status de observadores. Na saída, vejo o presidente Chávez e fiz um aceno. Qual minha surpresa, pois simplesmente vem em minha direção. Apresentei-o ao vice-governador e então disse que “na Venezuela não vamos ter condições de nos mantermos eternamente. Nós precisamos que em 2002 aconteça alguma coisa interessante no Brasil para que possamos reforçar uma integração e fazer com que o pêndulo vá para o outro lado, e tenhamos um outro tipo de integração das Américas”. Assim, ele se arrisca, porque não sabia bem com quem estava falando. Mas há toda uma vantagem nesta sinceridade aberta, pois a população clama hoje por bons exemplos, por sinceridade e por coragem. Por exemplo, quando ele chegou na televisão, depois do fracassado golpe de 1992, para ordenar aos que ainda estavam resistindo que se rendessem e, para espanto de todos, assumiu publicamente ser o único responsável pelo levante. Então ganhou a simpatia, não apenas no exército, mas junto à população, pois foi a primeira pessoa no país a assumir a culpa por um erro, pois os dirigentes sempre jogam a culpa aos subalternos.

### **POST-SCRIPTUM EM ABRIL DE 2002**

Incapaz de deter as reformas de Chávez, a oposição conservadora desesperou-se com a aprovação de uma lei de reforma agrária e as mudanças que atingiam a companhia petrolífera (PdVSA), afetando a poderosa burocracia que a dominava. A oposição iniciou manifestações e o dirigente direitista da confederação empresarial (Fedecámaras), Pedro Carmona, incitou os militares a deporem o presidente. Após um ato confuso e violento frente ao palácio, o presidente foi preso e o empresário assumiu o poder dia 11, dissolvendo as instituições nacionais. Mas o golpe foi frustrado, com a população e parte do exército libertando Chávez e o recolocando no poder dois dias depois.

O presidente reassumiu pedindo uma reconciliação nacional, atuando com prudência, o que faltou aos golpistas, que perderam qualquer legitimidade ao rejeitar as instituições vigentes. O ato recupera parte do prestígio de Chávez, mas os problemas de instabilidade do regime permanecem ainda mais graves. Os Estados Unidos mantiveram contatos com os golpistas dias antes, e ficaram desgastados com o episódio. Desta forma, Chávez tornou-se ainda mais indesejável e, aliada à crise interna, as pressões externas podem facilmente desestabilizar seu governo. Por outro lado, se adotar uma política mais conciliatória, descaracterizará sua Revolução Bolivariana. Assim, a situação é mais incerta que nunca.

---

\* Professor Titular de História Contemporânea e Coordenador do Núcleo de Estudos de Relações Internacionais e Integração do ILEA/ UFRGS.